CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1945/88 - DOC. 5477/99/88

INTERESSADO: JOEL ALVES

ASSUNTO: Equivalência de estudos efetivados na escola profissional de Araraquara.

RELATORA: CONS^a ANNA MARIA QUADROS BRANT DE CARVALHO

PARECER CEE N° 809/89.- - APROVADO EM 26/07/1989

- CONSELHO PLENO -

1. HISTÓRICO

Em requerimento datado de 31.08.88, o Sr. Joel. Alves, RG. N° 5.996.603, brasileiro, casado, residente na Rua Angelo Smime n° 304 - Bairro CECAP I, em Araraquara, SP, solicita ao Conselho Estadual de Educação a equivalência dos estudos feitos na extinta Escola Profissional Ferroviária de Araraquara, em 1966, ao nível de conclusão de 7^a série, para fins de continuidade, com direito a matricular-se na atual 8^a série do 1° grau.

O Sr. Joel Alves anexou ao processo declaração expedida pela Chefe da Divisão de Análise e informação de Pessoal da FEPASA, de que o mesmo frequentou o Curso de Formação de Oficinas da Antiga Estrada de Ferro Araraquara, no período de 1° 03.62 a 15.12.65, perfazendo um total líquido de 03 anos, 09 meses e 08 dias;

- diploma de habilitação Profissional no ofício de Operador - Mecânico expedido em 10.04.66, por ter sido aprovado no Curso de Ferroviários. No verso deste diploma, constaram os resultados obtidos pelo interessado nos três anos que ali cursou, especificando na seguinte forma (fls. 05. Processo CEE):

MÉDIA GERAL		MÉDIA OFICINA	
1º ano	6,6	1º ano	6,0
2º ano	5,8	2º ano	5,4
3º ano	7,0	3º ano	6,3
4º ano	-	4º ano	-
MÉDIA GERAL DO CURSO = 6,4			
MÉDIA GERAL DE OFICINA = 5,9			

A CEI encaminha o Processo através do Gabinete SE com proposta de remessa a este Colegiado.

2. APRECIÇÃO

O Sr. Joel Alves solicitou à Presidência do Conselho Estadual de Educação manifestação sobre o reconhecimento da equivalência dos estudos que realizou no Curso de Ferroviário, mantido pelo Núcleo de Ensino Profissional de Araraquara, em 1966 - em nível de conclusão de 1º grau, na legislação vigente.

O Parecer CEE nº 713/79, relatado pelo ex-Conselheiro João Batista Salles da Silva, caso julgado semelhante ao presente, descreveu minuciosamente a respeito do referido curso em que o peticionário freqüentou.

"A Escola Profissional Ferroviária funcionava junto à extinta Estrada de Ferro Araraquarense. Após a unificação das estradas de ferro estaduais que se integraram à FEPASA (Ferrovias Paulista S/A), ocorreu também a extinção da mencionada escola.

Em 1930, a Estrada de Ferro Sorocabana, implantou, em Sorocaba, o primeiro Curso de Ferroviários sob orientação do Engenheiro Mange. Foi criado, posteriormente, o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), destinado às empresas do Estado de São Paulo, como entidade orientadora e coordenadora de preparação dos recursos humanos para as estradas de ferro.

O CFESP teve suas ações estendidas a todo o País, mas foi extinto em 21.02.45, transferindo suas atividades para a área do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, criado em 22.01.42, pelo Decreto nº 4.048."

Outro trecho do Parecer CEE 713/79 teve a seguinte redação:

"O Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional implantou junto às estradas de ferro os Núcleos de Ensino Profissional com a cooperação do Estado que neles "comissionava" os docentes de "aulas gerais" e o respectivo Diretor. Nesses Núcleos funcionavam eursos de aprendizagem para formação de "artífices" denominação dos

operários qualificados daquela época. Extinto o Centro Ferroviário, os Núcleos desapareceram, sendo alguns incorporados ao SENAI - Escolas de Isenção - e outros, como no caso da Estrada de Ferro Araraquarense, transformados em Escolas Profissionais Ferroviárias. Os cursos, apesar da modificação da estrutura dos estabelecimentos de ensino, continuaram a ser de aprendizagem com a nomenclatura de Curso de Formação de Artífice".

Ainda a respeito dos Núcleos de Ensino Profissional e Cursos Ferroviários, na obra de autora do ex-Conselheiro Arnaldo Laurindo intitulado "CINQUENTA ANOS DE ENSINO PROFISSIONAL - ESTADO DE SÃO PAULO" - 1911 a 1961, foram pesquisados os seguintes dados abaixo transcritos: (pg. 152 - vol. I).

"De acordo com o Decreto nº 6.537 de 04.07.34, que estabelecia um sistema de cooperação entre as Diretorias das Estradas de Ferro do Estado, o Governo, e eventualmente, municipalidades e empresas particulares, foram criados Núcleos de Ensino Profissional, escolas com o fim especial para permitir o funcionamento de cursos de Ferroviário em localidades onde não existissem escolas profissionais. O Núcleo de Ensino Profissional, destinava-se, ainda, a auxiliar o ensino profissional de outras atividades industriais ou agrícolas promovidas pelas Prefeituras Municipais ou empresas particulares."

No tocante ao assunto, a Lei Federal 2024/61, em seu artigo 51, redação alterada pelo Decreto-Lei 937/69, estabeleceu que os concluintes de Curso de Aprendizagem ou os portadores de carta de ofício poderiam matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que tivessem atingido no referido curso. Foi matida a mesma possibilidade na lei 5692/71 no artigo 27, parágrafo único.

No âmbito do Conselho Estadual de Educação, regulamentaram-se normas a respeito da equivalência, através do artigo 12 da Deliberação CEE 14/73, quando de sua vigência. Mais recentemente, na Deliberação CEE 19/82, já revogada, e na Deliberação CEE 23/83 em vigor, na seção III, tratou-se do assunto.

O ensino dos cursos de Ferroviários constava de 2 partes: (informação constante na obra de Arnaldo Laurindo "Cinquenta anos

de Ensino Profissional" pg. 152, volume I).

"1. de preparação geral, a cargo da Escola Profissional ou Núcleo o Ensino Profissional;

2. outra, de formação profissional especializada, custeada pela Entrada de Ferro interessada no funcionamento do curso.

No currículo, na parte da preparação geral, constava:

- a) Português, Geografia e História do Brasil;
- b) Aritmética, Noções de Álgebra e Trigonometria;
- c) Geometria e Desenho Técnico;
- d) Elementos de Física e Mecânica;
- e) Educação Física;

A formação profissional especializada constava de:

- a) trabalhos práticos em oficinas de aprendizagem;
- b) aulas técnicas especializadas;

No que diz respeito à organização e diretrizes pedagógicas - os cursos de Ferroviários a serem mantidos pelos Serviços de Ensino e Seleção Profissional, serão observadas as disposições básicas da Lei orgânica do Ensino Industrial e os Decretos-Lei Federal que regem a aprendizagem industrial, (pg. 301, da obra de Arnaldo Laurindo)".

O Núcleo de Ensino Profissional de Araraquara foi criado pelo Decreto 6.537 de 04.07.34, e instalado em 1935. Pela Lei 77 de 23.02. 48, foi extinto.

O interessado, tendo concluído o Curso de Ferroviários, estudou os componentes acima relacionados, (documentação anexada); consta às fls. 5 atestado para fins escolares, que o Sr. Joel Alves obteve nos anos de 1962, 1963 e 1964, ao cursar as 1ª, 2ª e 3ª séries com as seguintes médias nas disciplinas cursadas:

Matéria	1962	1963	1964
Português	6,8	5,6	6,5
Matemática	6,6	7,4	5,9
Tecnologia	6,6	7,5	7,4
Desenho	6,9	6,4	8,3
Física Mecânica	---	5,3	5,8
Higiene	---	8,6	---

Matéria	1962	1963	1964
Geografia	---	---	6,5
Química	---	---	8,1
Eletricidade	---	---	5,4
Oficinas	6,4	5,6	6,5
Inglês	---	---	9,1

Há que se salientar porém, os Pareceres CEE n°s 977/83 e 1187/83 que tratam também de equivalência de estudos. Os estudos realizados pelos interessado dos respectivos Pareceres, 3 anos em cursos de aprendizagem (1951 e 1959 respectivamente) e mais a 2ª série do Curso de Guardas-Civis e Inspetores da Escola de Polícia, (1961 e 1968 respectivamente), foram considerados como equivalentes aos de conclusão do ensino de 1º grau. O Consº Relator Bahij Amin Aur - assim justificou em seu Parecer:

"....., julgamos desnecessária a complementação de estudos feitos, para equivalência aos referentes ao atual ensino de 1º grau, pois o interessado realizara seu curso em época anterior às leis de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, ou seja, a 4024/61 e a 5692/71."

Assim sendo, o peticionário solicitou a equivalência de estudos para fins de continuidade, com direito a matricular-se na atual 8ª série do 1º grau.

Com a convicção plena de que este caso não se configura como de "lacuna curricular", nem de regularização de vida escolar", é necessário lembrar o espírito norteador, que levou à fundamentação das Indicações CEE n°s 7/83 e 8/86, e poderia ser conferido a este expediente.

Os aspectos ali abordados, tais como: a inteligência, a lógica, o bom senso, tratamento igual a todos, e, sobretudo, o processo pedagógico do ensino, seriam de grande importância para serem lembrados e considerados. Quanto à citação da Indicação CEE n° 8/86, que é parte integrante da Deliberação CEE 18/86, se faz presente porque seu fundamento pautou-se no princípio de que, em qualquer

circunstância, deve-se buscar sempre o maior benefício do aluno, fazendo-se o possível para evitar causar-lhe prejuízos pedagógicos ou dar-lhe tratamento injusto. Este é um princípio inerente à própria essência da educação."

3. CONCLUSÃO

À vista do exposto, consideram-se os estudos realizados por JOEL ALVES, na Escola Profissional Ferroviária Araraquara até 1964, equivalentessps de conclusão de 1° grau.

São Paulo, 21 de junho de 1989-

a) Cons^a Anna Maria Q. B. de Carvalho
RELATORA

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 26 de julho de 1989

a) Cons. Jorge Nagle
Presidente